

TRANSIÇÃO

Corte no juro não depende do governo, diz Palocci

Roberto Castro/AE

Só condições objetivas podem garantir queda sem afetar economia, diz coordenador da transição

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – O corte na taxa de juros depende de condições objetivas, não da vontade do governo. Do contrário, coloca-se em risco o processo de recuperação e fortalecimento da economia. Foi o que defendeu ontem o coordenador da transição para o novo governo, Antônio Palocci. Horas antes, ele estivera com o ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Amaury Bier, discutindo a alta da inflação.

Palocci disse que o aumento dos preços no atacado, ocorrido em função da alta do dólar, está começando a chegar ao consumidor. “Há motivos para preocupação, mas não para inquietude”, afirmou.

Apesar das discussões com a atual equipe de governo sobre a inflação, Palocci descartou qualquer comentário, prévio ou posterior, sobre a decisão que tomará o Comitê de Política Monetária (Copom), na terça e quarta-feira.

No entanto, todo seu discurso foi de apoio aos instrumentos de política econômica que vêm sendo utilizados no governo Fernando Henrique. “Ou se criam condições para baixar os juros ou eles não podem ser baixados”, afirmou.

Segundo Palocci, é preciso criar condições para modificar os instrumentos de política econômica. “Essa é uma questão muito delicada e nós temos de ter muita firmeza, senão arriscamos o processo que nós mesmos queremos construir para o desenvolvimento econômico do País”, comentou.

A alta da inflação, lembrou Palocci, não se deve a excesso de demanda, mas à alta do dólar ocorrida antes da eleição.



Palocci: “Todo esforço agora é de manter o equilíbrio macroeconômico para que o dólar ceda”

Com a queda na cotação, dos R\$ 4 de antes da eleição para a casa dos R\$ 3,50, disse ele, é de se esperar também uma queda nos preços ao consumidor. “Mas isso não é uma questão aritmética”, admitiu. “Todo o esforço agora é de manter o equilíbrio macroeconômico para que o dólar ceda.”

Mínimo – Palocci reafirmou que aumentar o salário mínimo em função da

alta da inflação “é o pior caminho possível”. “Dizer que o salário mínimo pode ser maior porque a inflação foi maior é tentar achar que a inflação pode melhorar o salá-

rio mínimo. A inflação corrói o salário mínimo. A inflação danifica o poder de compra do salário mínimo, degrada o salário mínimo. Se não tivermos essa clareza, nós vamos fazer o contrário do que a lógica nos impõe”, explicou Palocci.

Ele deixou claro que a discussão do valor do mínimo constante do Orçamento para o ano que vem é uma coisa e a fixação do valor definitivo

do mínimo, outra. “Não vamos confundir organização de peça orçamentária com financiamento de vontades futuras”, disse. “A peça orçamentária não decide o salário

mínimo, decide os recursos que tem para, em abril, decidir o salário mínimo.”

ACM – No rumo das negociações lideradas pelo PT, o senador eleito Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) mostrou-se disposto a aceitar a proposta de elevar o salário mínimo para R\$ 220. “É menos mal”, comentou ACM.

Ele ressaltou, no entanto, que os trabalhadores não devem perder as esperanças de conseguir um salário mínimo de R\$ 240. “Os deputados e senadores devem se sacrificar e encontrar uma saída”, disse ele. “O dinheiro pode sair até mesmo das emendas de parlamentares. Nesse ponto, estou com os deputados Paulo Paim (PT-RS) e Sérgio Miranda (PC do B-MG): há receitas para o mínimo de R\$ 240.” (Colaborou Gilse Guedes)

“ Ou se criam condições para baixar os juros ou eles não podem ser baixados ”

Antônio Palocci Filho